



**EDITAL DE PREGÃO Nº 020/2015 - PMP
PROCESSO Nº 354/2015
MODALIDADE: PREGÃO
TIPO: MENOR PREÇO POR GLOBAL**

A Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Paracambi torna público e comunica, a quem interessar possa, que devidamente autorizada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, abre licitação, na modalidade Pregão Presencial, sob o n.º XXXX/2015 - PMP, do tipo menor preço por global devendo os interessados procederem à apresentação dos envelopes contendo os documentos para habilitação e as propostas de preço, para abertura na forma prevista e determinada neste instrumento.

A presente licitação será regida pelas disposições contidas na forma da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº 3.555, de 8/8/2000 e, de forma subsidiária, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993.

Os envelopes contendo a Proposta de Preço e a Documentação de Habilitação para o objeto definido neste Edital e respectivos anexos devem ser entregues nos seguintes local, data e horário:

LOCAL: Prefeitura Municipal de Paracambi
DATA: 05 de agosto de 2015
HORA: 15:00 horas

Se no dia supracitado não houver expediente ou se houver suspensão dos prazos administrativos nesta Prefeitura Municipal de Paracambi, a sessão pública referente a este Pregão será realizada no primeiro dia útil subsequente.

São partes integrantes deste Edital os seguintes ANEXOS:

- **ANEXO I** - Projeto Básico e Modelo de Proposta de Preços
- **ANEXO II** – Modelo de Declaração em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal.
- **ANEXO III** – Modelo de Declaração para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.
- **ANEXO IV** – Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação.
- **ANEXO V** – Minuta de Contrato.
- **Anexo VI**- Declaração de Fatos Supervenientes.
- **Anexo VII**- Carta de Credenciamento.

1- DO OBJETO

1.1- O presente Pregão tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de controle de vetores e pragas e higienização de reservatórios de água para atender as necessidades das Unidades de Educação, conforme este edital e seus anexos.

1.2. O objeto deste Pregão poderá ser prorrogado, nos termos e nos limites previstos no parágrafo II do art. 57, da Lei nº 8.666/93.

2- DO CREDENCIAMENTO



2.1. O representante legal de cada licitante deverá, no horário indicado no preâmbulo deste Edital, apresentar-se ao Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio para efetuar seu credenciamento como participante deste Pregão, munido de sua carteira de identidade ou de outra equivalente, e de documento que lhe dê plenos poderes para formular ofertas e lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de interpor recurso, renunciar ao direito de interpor recurso, enfim, para praticar em nome da licitante todos os atos pertinentes a este Pregão.

2.2. Considera-se como representante legal qualquer pessoa habilitada pela licitante, mediante estatuto/contrato social, ou instrumento público/particular de procuração.

2.3. Em se tratando de instrumento particular deverá estar acompanhado do Estatuto ou Contrato Social da licitante para fins de identificação do outorgante e dos poderes específicos, o mesmo ocorrendo em face do instrumento público, caso seja feita referência ao Estatuto.

2.4. As licitantes que se fizerem representar por procurador e cujo respectivo estatuto ou contrato social estabeleça a assinatura dos sócios em conjunto devem apresentar procuração assinada pelos sócios indicados no estatuto ou contrato social, não sendo permitida assinatura isolada de apenas um deles.

2.5. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da licitante proponente, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto ou contrato social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

2.6. Caso o estatuto ou contrato social da licitante estabeleça a assinatura dos sócios em conjunto e a representação for feita somente por um deles, além do documento descrito na alínea anterior, deverá ser apresentado, conforme o caso, instrumento público/particular de procuração, outorgado pelos demais sócios, no qual estejam expressos os seus poderes.

2.7. O representante legal da licitante que não obtiver o seu credenciamento ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociação de preços, de declarar a intenção de interpor recurso, de renunciar ao direito de interpor recurso, enfim, para representar a licitante na sessão pública de pregão.

2.8. A licitante que não se fizer representar participa do certame apenas com a sua proposta escrita.

2.9. Os documentos de credenciamento deverão ser entregues separadamente dos envelopes Proposta e Documentação.

2.10. O credenciado não poderá representar mais de uma licitante.

3- DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e Anexos, inclusive quanto à documentação.

3.2. Os interessados ou seus representantes legais deverão apresentar, na abertura da Sessão, DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO exigidos no presente Edital, conforme modelo anexo a este edital, devendo ser assinada por detentor de poderes comprovados de acordo com o item 2 deste Edital. Ressalta-se que a referida Declaração NÃO DEVERÁ VIR INSERIDA NOS ENVELOPES "1" E "2".

3.3. A participação da licitante no presente pregão implica a aceitação integral e irretratável de todas as exigências deste edital e anexos, entre as quais estão:



3.3.1. Prazo de validade mínima da proposta de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

3.3.2. Prestação dos serviços nas localidades estabelecidas no **ANEXO I**.

3.3.3. Conhecimento da Metodologia de Controle, conforme Descrição dos Serviços, do **ANEXO I**.

3.3.4. Forma de Execução dos Serviços, de acordo com o **ANEXO I**.

3.3.5. Prazo dos serviços será para o período de 12 meses, a partir da data de assinatura do contrato.

3.3.6. Que nos preços cotados já estão inclusos os impostos, contribuições, taxas, frete, carregadores e, se houver, seguro, bem como todos os demais encargos incidentes.

3.4. Não poderão participar do certame os interessados que se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial/extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja a sua forma de constituição, empresas estrangeiras que não funcionem no País, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Paracambi.

3.5. A participação de cooperativas está condicionada à inclusão no valor de sua proposta, no que pertine aos serviços, do percentual de 15% (quinze por cento), correspondente à contribuição previdenciária patronal, a cargo da Contratante, nos termos do artigo 22, IV, da Lei Federal nº 8.212/91 (redação da Lei nº 9.876/99). O referido percentual deverá ser considerado pela licitante na fase de lances.

4- DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

4.1. Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº123, de 14/12/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, conforme Item 8.1. deste Edital, mesmo que esta apresente alguma restrição.

4.1.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4.2. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem 4.1.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

4.3. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada e desde que a melhor oferta inicial não seja de uma microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.4. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:



4.4.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

4.4.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 4.4.1., serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem.

4.3, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

4.4.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontre no intervalo estabelecido no subitem 4.3, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

4.4.4. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, em sessão pública, após verificação da documentação de habilitação.

4.4.5. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

4.4.6. A micro-empresa ou empresa de pequeno porte que usufruir dos benefícios de que trata a LC 123/2006 deverá apresentar, na forma da lei, juntamente com os documentos de habilitação, declaração de que é microempresa ou empresa de pequeno porte, em conformidade com o modelo anexo ao Edital.

5- DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

5.1. Nos dia, hora e local fixados no preâmbulo deste Edital, os representantes legais das licitantes deverão entregar ao Pregoeiro, simultaneamente, a Declaração que cumpre os requisitos de habilitação e os envelopes: Proposta e Documentação, em separado, ambos, fechados e rubricados no fecho, contendo em suas partes externas e frontais, além da razão social da licitante, o endereço completo e o número do telefone, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2015 - PMP

DIA E HORA DA LICITAÇÃO:

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA LICITANTE, ENDEREÇO COMPLETO E O
NÚMERO DO TELEFONE (dispensável, se o envelope for timbrado e contiver
essas informações).

ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2015 - PMP

DIA E HORA DA LICITAÇÃO:

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA LICITANTE, ENDEREÇO COMPLETO E O
NÚMERO DO TELEFONE (dispensável, se o envelope for timbrado e contiver
essas informações).

6. DA PROPOSTA DE PREÇO



6.1. A proposta de preço deverá preencher os seguintes requisitos:

6.1.1. Deverá ser apresentada em 01(uma) via, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, preferencialmente em papel timbrado do proponente e redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, datilografada ou impressa através de edição eletrônica de textos, devidamente datada e assinada na última folha e rubricada nas demais pelo proponente ou seu representante legal cuja representatividade será verificada, conforme o caso, através dos documentos citados nos subitens 2.2 a 2.6 do presente Edital.

6.1.1.1. Quando a licitante não se fizer representar na sessão, deverá enviar, juntamente com a proposta de preço, os documentos exigidos nos subitens 2.2 e 2.6 do presente edital, conforme o caso, a fim de comprovar a legitimidade de quem assina a proposta.

6.1.2. Indicar nome ou razão social do proponente, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último, se houver, para contato.

6.1.3. Conter os valores unitário e global estimado para os serviços (somatório dos valores totais dos itens), conforme Anexo I - Modelo de Proposta de Preço. Os valores deverão ser expressos em moeda nacional. Em caso de divergência, prevalecerão os valores unitários.

6.1.4. Conter prazo de garantia dos serviços de, no mínimo, 90 dias não implicando, a sua ausência, desclassificação da licitante.

6.1.5. Conter oferta firme e precisa, sem alternativas de preço ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

6.1.6. Conter o nome, número do banco, da agência e da conta corrente da empresa licitante e o nome, número de identidade, do CPF e telefone da pessoa habilitada para assinar o termo contratual, não implicando, a sua ausência, desclassificação da licitante.

6.2. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e nos seus Anexos.

7. DA DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. Serão desclassificadas as propostas incompletas, que contiverem rasuras, que não atenderem às especificações mínimas ou que forem incompatíveis com os requisitos e condições fixadas no Edital e seus Anexos.

7.3. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, e ainda as propostas que oferecerem preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes, bem como aquelas que, após a fase de lances/negociação apresentarem cotações superiores ao preço máximo aceitável de **R\$36.155,00 (Trinta e seis mil, cento e cinquenta e cinco reais)**.

8. DA DOCUMENTAÇÃO – ENVELOPE Nº 02

8.1. Para habilitação neste Pregão a licitante deverá apresentar:

8.1.1. **Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; no caso de



sociedades simples, inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova de diretoria em exercício; decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.1.2. **Declaração** da licitante de que **não possui** em seu quadro de pessoal **empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal. Tal declaração deverá estar em conformidade com o modelo anexo ao Edital e estar assinada pelo representante legal da licitante.

8.1.3. **Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial/extrajudicial** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, datada de até 90 (noventa) dias anteriores à data marcada para sessão pública.

8.1.3.1. **Certidão da Corregedoria Geral da Justiça do Estado;**

8.1.4. **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).**

8.1.5. **Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, abrangendo a regularidade da Seguridade Social(INSS).

8.1.6. **Certidão Negativa de Débitos Estadual, junto com a Certidão Negativa da Dívida Ativa do Estado, junto a Procuradoria Geral do Estado.**

8.1.7. **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhista (CNDT) ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhista com os mesmos efeitos da CNDT.**

8.1.8. **Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, observadas as seguintes hipóteses e condições:**

a) **Para todos os licitantes sediados no Município de Paracambi:**

- Certidão Negativa de Débitos Municipais, caso não possua nenhuma pendência, de qualquer natureza, em seu nome no cadastro municipal; ou
- Certidão Positiva com efeito de Negativa (antiga Certidão de Regularidade Fiscal), caso possua débito confesso, parcelado e com as prestações em dia junto à Municipalidade.

b) **Para todos os licitantes sediados em outro Município, as seguintes certidões:**

1) Em relação aos que não possuam qualquer inscrição, ainda que eventual, neste Município:

Certidão Negativa de Débitos Municipais (ou certidões similares), expedida pelo Município de sua sede, ou certidões positivas com efeito de negativas quando o crédito tributário encontrar-se suspenso, segundo o disposto no art. 206 do Código Tributário Nacional; e, conjuntamente,

- Certidão de Não Contribuinte do ISS e Taxas do Município de Paracambi.

8.1.9. **Certificado de Regularidade do FGTS**, expedido pela Caixa Econômica Federal.



8.1.10. **Qualificação Técnica:** Certidão de registro da licitante perante a autoridade sanitária ou ambiental com atribuição para tanto, consoante a legislação do Estado ou Município de sua Sede.

8.1.11. **Qualificação Técnica: Capacitação técnico-profissional:** comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente, na data fixada para a entrega da proposta, 01 (um) profissional habilitado, possuidor de Certificado de Curso de Formação em alguma das seguintes áreas: biologia, engenharia florestal, engenharia química, farmácia, medicina veterinária ou química.

8.1.11.1. A comprovação do vínculo profissional será realizada através de cópia autenticada da CTPS, ou da ficha de registro do empregado, ou ainda por contrato de prestação de serviços, ou por contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio.

8.1.11.2. O profissional indicado pela licitante para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional será o responsável técnico pela execução dos serviços objeto desta licitação. Admitir-se-á sua substituição por outro de qualificação equivalente ou superior, desde que atendidas as exigências do Edital e que seja aprovada previamente pela Administração.

8.1.11.3. Apresentação da comprovação que atendem a NORMA REGULAMENTADORA Nº 33, que dispõe sobre SEGURANÇA E SAÚDE NOS TRABALHOS EM ESPAÇOS CONFINADOS, publicada no DOU n. 247, seção 1, página 144 de 27/12/2006, como por exemplo se seus profissionais são capacitados e atualizados rotineiramente.

8.1.11.4. Certificado de Regularidade de Pessoa Jurídica, emitido por órgão estadual competente (INEA-RJ e/ou equivalente).

8.1.12. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados, na forma de lei, que deverá vir acompanhado de demonstrativo assinado por representante legal do licitante e por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade, discriminando os índices previstos no subitem 4.6.3.1, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta;

8.1.12.1. Certificado de Habilitação Profissional, do contador responsável pela elaboração do Balanço.

8.1.13. Atestado de visita técnica a ser emitido nos termos do item abaixo.

8.1.13.1 – VISITA TÉCNICA

5.1. Conforme estipulado neste Edital, será exigido das licitantes Atestado de Visita Técnica aos locais onde serão executados os serviços.

5.2 A visita deverá ser efetuada por um responsável técnico da empresa, devidamente munido de Carteira de Identidade e Certidão do Conselho de Registro do mesmo, nos locais conforme projeto anexo, sendo entregue após a vistoria um atestado referente à visita.

5.3. A visita técnica será realizada até o dia **03 de agosto de 2015, no horário de 10:00 horas**, nos endereços onde serão executados os serviços, conforme anexos.

5.4. A realização de visita técnica é condição para fins de habilitação neste Pregão.



8.2. Os licitantes cadastrados sob pena de inabilitação, deverão apresentar a seguinte documentação:

- **Certidão negativa do INSS(CND) e FGTS;**
- **Certificado de Registro de Habilitação de Firmas**, expedido pela Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura;
- **Declaração de fatos supervenientes expedido pela Empresa**, com carimbo e assinatura do responsável.
- **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- **Declaração trabalhista.**

- **Qualificação Técnica:** Certidão de registro da licitante perante a autoridade sanitária ou ambiental com atribuição para tanto, consoante a legislação do Estado ou Município de sua Sede.

- **Qualificação Técnica: Capacitação técnico-profissional:** comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente, na data fixada para a entrega da proposta, 01 (um) profissional habilitado, possuidor de Certificado de Curso de Formação em alguma das seguintes áreas: biologia, engenharia florestal, engenharia química, farmácia, medicina veterinária ou química.

- A comprovação do vínculo profissional será realizada através de cópia autenticada da CTPS, ou da ficha de registro do empregado, ou ainda por contrato de prestação de serviços, ou por contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio.

- O profissional indicado pela licitante para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional será o responsável técnico pela execução dos serviços objeto desta licitação. Admitir-se-á sua substituição por outro de qualificação equivalente ou superior, desde que atendidas as exigências do Edital e que seja aprovada previamente pela Administração.

8.3. Documentação com prazo de validade vencido ou ausência de qualquer documentação constante nos subitens 8.1.4 (CNPJ), 8.1.5 (Certidão Conjunta Receita Federal), 8.1.6 (Contribuições Previdenciárias), 8.1.7 (FGTS) ensejará verificação, pela Equipe de Apoio, no site oficial do respectivo órgão e, se comprovada a regularidade, será juntado aos autos o respectivo documento.

8.4. No caso de a licitante ser microempresa ou empresa de pequeno porte que quiser usufruir dos benefícios concedidos pela LC 123/2006, deverá ser apresentado ainda, além dos demais documentos de habilitação cabíveis, **DECLARAÇÃO** de que é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Tal declaração deverá estar em conformidade com o modelo anexo ao Edital e estar assinada pelo representante legal da licitante.

8.5. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante, e, preferencialmente, com o nº do CNPJ e endereço respectivo.

8.5.1. Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz.

8.5.2. Se a licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos, que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



8.6. Os documentos de emissão eletrônica (Internet) poderão ser apresentados em cópia simples.

8.7. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no Edital e seus Anexos.

8.8. Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar válidos na data da sessão pública deste Pregão.

8.9. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou servidor da Administração ou por publicação em órgão de imprensa oficial, à exceção da **Declaração do Menor que deverá ser apresentado o original**.

8.10. Se a documentação de habilitação contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos deverá o Pregoeiro considerar a proponente inabilitada, salvo as situações que ensejarem a aplicação do disposto na Lei Complementar nº123/2006 e do disposto no subitem 8.3.

9. DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO

9.1. Nos dia, horário e local estabelecido no preâmbulo deste Edital, serão recebidos os credenciamentos e, em seguida, aberta pelo Pregoeiro a Sessão Pública com o recebimento da Declaração que cumpre os requisitos de habilitação e dos envelopes Proposta e Documentação.

9.2. Declarada a abertura da sessão pelo pregoeiro, não mais serão efetivados novos credenciamentos e nem serão recebidos novos envelopes, procedendo-se, na sequência, à abertura dos envelopes de Propostas para verificação dos requisitos estabelecidos neste Edital, devendo ser classificada para a etapa competitiva, ou seja, fase de lances verbais, somente aquelas que atenderem plenamente a esses requisitos.

9.3. O Pregoeiro dará ciência aos presentes do recebimento dos envelopes nº 01 e nº 02 dos interessados ausentes, previamente encaminhados ao Pregoeiro.

9.3.1. Os envelopes dos interessados ausentes deverão estar acompanhados da Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação de que trata o item 3.2, sendo que tal declaração não deverá vir inserida nos envelopes 01 e 02.

9.4. Ao prosseguir, o Pregoeiro classificará a licitante autora da proposta de menor preço e todas aquelas com preços sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) em relação ao menor preço, dispostos em ordem crescente, para que os representantes das licitantes participem da etapa de lances verbais.

9.5. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem decrescente dos preços para efeito de lance.

9.6. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições fixadas no item 9.4, poderão os autores das melhores propostas até o máximo de 03 (três), oferecerem novos lances verbais, sucessivos e decrescentes, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

9.7. Para oferta de novos lances verbais e sucessivos, o Pregoeiro convidará individualmente o autor da proposta de maior preço e as demais em ordem decrescente de valor.



9.8. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da licitante desta fase do certame. Valerá para o julgamento o valor da proposta escrita ou, sendo o caso, o valor do último lance ofertado.

9.9. O encerramento da fase competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

9.10. Dos lances ofertados não caberá desistência.

9.11. Analisadas as propostas apresentadas e concluída a etapa de lances verbais, a classificação final dar-se-á pela ordem crescente dos preços, observando-se, quando aplicável, a Lei Complementar nº123/2006.

9.12. Aceita a proposta de menor preço, será aberto o envelope Documentação, contendo os documentos de habilitação da licitante que a tiver formulado, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 8 – DA DOCUMENTAÇÃO – deste Edital.

9.13. Caso a licitante classificada em 1º (primeiro) lugar seja inabilitada, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação e assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos do Edital e seus Anexos.

9.14. Nas situações previstas nos subitens 9.11 e 9.13, poderá o Pregoeiro, ainda, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

9.15. Verificado o atendimento das exigências fixadas neste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro irá declarar a licitante vencedora, abrindo, em seguida, oportunidade às demais licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso.

9.16. No julgamento das propostas será considerada vencedora a proposta de **MENOR PREÇO GLOBAL**, desde que atendidas todas as condições deste Edital e de seus Anexos.

9.17. Não havendo manifestação de interesse na interposição de recurso, a adjudicação do objeto deste PREGÃO à licitante, cuja proposta seja considerada vencedora, será por item.

9.18. A ausência da licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracteriza renúncia ao direito de recorrer.

9.19. Quando todas as propostas forem desclassificadas ou quando todas as licitantes forem inabilitadas, o Pregoeiro(a) poderá fixar-lhes o prazo para apresentação de novas propostas ou novos documentos, nos termos do parágrafo terceiro do art. 48 da Lei 8.666/93.

9.19.1. Serão exigidas para reapresentação apenas as documentações incorretas.

9.20. Da Sessão Pública, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio designada e por todas as licitantes presentes.

10. INSTRUÇÃO E NORMAS PARA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

10.1. A licitante que pretender impugnar os termos deste Edital deverá fazê-lo através de expediente dirigido à Seção de Licitações, observada a antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para realização da Sessão do Pregão.



10.2. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

10.3. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital a licitante que não o fizer no prazo previsto no item 10.1 deste Edital, não revestindo natureza de recurso as irresignações apresentadas pelas licitantes que, tendo aceitado sem objeção o instrumento convocatório, venha, após julgamento desfavorável, alegar falhas ou irregularidades que o viciaram.

10.4. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhe assegurado vista imediata dos autos.

10.4.1. As razões do recurso e as contra-razões, se houver, deverão ser endereçadas ao Pregoeiro que praticou o ato recorrido.

10.5. Julgado improcedente o recurso, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora.

10.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.7. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante, na Sessão, importará DECADÊNCIA do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

10.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no Setor de Licitações desta Prefeitura, no horário de 12:00 às 17:00 horas.

11. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

11.1. Após a homologação do resultado do certame pelo Prefeito Municipal, a empresa declarada vencedora do certame firmará CONTRATO com esta Seção Judiciária do qual farão parte todas as condições previstas neste Edital e seus Anexos, independentemente de transcrição.

11.2. O prazo para a assinatura do CONTRATO será de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da convocação formal da empresa declarada vencedora do certame.

11.3. O prazo dos serviços no contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

11.4. A Contratante comunicará oficialmente à Contratada a data agendada para cada aplicação dos produtos com antecedência de, no mínimo, 05 dias úteis, observada a periodicidade estabelecida no item 4.3 do Termo de Referência. .

11.5. **COMO CONDIÇÃO PARA A ASSINATURA DO CONTRATO** será exigido da adjudicatária:

11.5.1. Indicação de preposto com poderes para supervisão dos serviços contratados (números de telefone, e-mail e endereço para contato).

11.6. Como condição para início da execução dos serviços, exigir-se-á da Contratada documento, atualizado, que comprove o licenciamento da empresa perante o INEA.



11.7. A Contratada será responsável por quaisquer danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto licitado.

11.8. A Contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do objeto da presente licitação.

11.9. A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação.

11.10. Demais condições contratuais encontram-se na Minuta de Contrato.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto deste Edital de Pregão, correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento da Sec. de Educação, conforme especificado abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO: 12.01.12.361.0021.2033- despesa 319
ELEMENTOS DE DESPESA: 33.90.39.00.00.00.00

13. DO PAGAMENTO

13.1. A nota fiscal/fatura deverá ser apresentada pela Contratada ao responsável pelo recebimento do bem ou serviço.

13.1.1. A data da apresentação da nota fiscal/fatura será devidamente registrada nos autos do processo pelo responsável pelo recebimento do bem ou serviço.

13.2. **O PAGAMENTO** será feito mensalmente após a realização dos serviços executados.

13.2.1. **OS SERVIÇOS** objeto da presente licitação serão entregues imediato e integralmente, devendo ocorrer até trinta dias da data prevista para apresentação da proposta;

13.3. O pagamento será creditado em nome da Contratada, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas no Edital.

13.4. O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

13.5. A Contratada, optante pelo Simples, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, declaração, conforme modelo constante do Anexo IV da Instrução Normativa SRF nº 480, de 15/12/2004, substituído pelo Anexo IV constante da IN RFB nº 791, de 10 de dezembro de 2007. Caso não o faça, ficará sujeita à retenção de imposto e contribuições, de acordo com a referida Instrução.

13.6. A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida à contratada para retificação e reapresentação, iniciando a contagem dos prazos fixados para o ATESTO a partir do recebimento da Nota Fiscal/Fatura corrigida.

13.7. O pagamento fica condicionado à prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, a Previdência Social e junto ao FGTS.



13.8. A compensação financeira é admitida nos casos de eventuais atrasos de pagamento pela Administração, desde que o contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso. É devida desde a data limite fixada no contrato para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela.

13.9. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento poderão ser calculados com utilização da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = (TX/100)$$

365

TX = Percentual da taxa anual do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, do IBGE.

14. DAS PENALIDADES

14.1. O não cumprimento injustificado pela contratada de quaisquer das obrigações, dentro dos prazos estabelecidos neste Edital, sujeita-la-á às penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93 e art. 7º da Lei nº 10.520/02.

14.2. A Prefeitura utilizará nas aplicações de multa os seguintes parâmetros:

14.2.1. Nas inexecuções totais: multa indenizatória de até 30 % (trinta por cento) sobre o valor global do contrato.

14.2.2. Nas inexecuções parciais: multa indenizatória de no mínimo 10% (dez por cento) e no máximo 30% (trinta por cento) sobre o valor equivalente à obrigação inadimplida ou sobre o valor da adjudicação, esse último nos seguintes casos específicos:

- a) Não entrega de documentação exigida no Edital.
- b) Apresentação de declaração ou documentação falsa.
- c) Não manutenção da proposta.
- d) Comportamento inidôneo.
- e) Realização de fraude fiscal.

14.2.3. Atrasos injustificados na execução do contrato: multa de mora diária de 0,3% (três décimos por cento), calculada à base de juros compostos, sobre o valor da obrigação inadimplida, limitada a 30% (trinta por cento) do valor da obrigação.

14.3. O prazo para pagamento de multa indenizatória será de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da intimação.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. O esclarecimento de dúvidas sobre o presente Edital poderá ser requerido, por escrito, à Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Paracambi.



15.2. Os documentos requeridos para esta licitação, poderão ser apresentados pela proponente, quando fornecidos por terceiros, sob a forma de cópia autenticada, produzida por qualquer processo de reprodução, excetuando-se papel termossensível para aparelho fac-símile, face a sua instabilidade.

15.3. Os documentos que forem de emissão da própria proponente, deverão ser datilografados em papel timbrado da licitante, com o registro do número desta licitação, datados e assinados por seus representantes legal ou preposto legalmente estabelecido.

15.4. A exibição do documento original à Comissão Permanente de Licitações, dispensa a autenticação, em cartório, da cópia apresentada.

15.5. O representante credenciado da licitante deverá comparecer ao ato licitatório munido de documento hábil que o identifique.

15.6. Não será considerada qualquer oferta ou vantagem não prevista no presente Edital, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes.

15.7. A Prefeitura Municipal de Paracambi poderá revogar ou anular esta Licitação, no seu todo ou em partes, nos termos do artigo 49 da Lei n.º 8.666/93.

15.8. Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame, o Foro competente é o da Comarca do Município de Paracambi, excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.

15.9. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

15.10. Após apresentação da proposta, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

15.11. É facultada a apresentação dos documentos exigidos no Item 8.1.1(contrato social), quando estes já tiverem sido apresentados no credenciamento.

15.12. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

15.13. Alterar as condições deste Edital, seus anexos e qualquer documento pertinente a este certame, desde que fixe novo prazo, não inferior a 8 (oito) dias úteis, para abertura das propostas, a contar da publicidade das alterações, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

15.14. No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15.15. As decisões do Pregoeiro somente serão consideradas definitivas depois de homologadas pelo Prefeito Municipal.

Paracambi, 20 de julho de 2015.

Marcos Antonio Ferreira da Silva
Pregoeiro da Comissão Permanente de Licitações



ANEXO I

PROJETO BÁSICO E MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

OBJETO: O presente Projeto estabelece os procedimentos, critérios técnicos e indica as normativas legais para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços para controle de pragas, desinsetização/desratização, limpeza e desinfecção química de caixas d' água e reservatórios; serviço essencial ao bom funcionamento das Unidades Escolares.

OBJETIVO: Prestação de serviços controle de pragas, desinsetização/desratização, limpeza e desinfecção química de caixas d' água e reservatórios, sob demanda, a serem executados nas áreas das Unidades de Ensino, incluindo o fornecimento de mão-de-obra especializada, materiais, produtos de limpeza e os equipamentos necessários, no período de 12 meses.

Os serviços de limpeza sanitização e desinsecção química devem ser executados da seguinte forma:

Os serviços de controle de pragas, desinsetização/desratização, limpeza e desinfecção química de caixas d' água e reservatórios serão prestados pela CONTRATADA, no horário comercial, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 17:00 horas, ou em horário que venha a ser acordado entre as partes, de forma que garantam as condições seguras e adequadas de funcionalidade.

Os serviços serão solicitados exclusivamente mediante **Ordem de Serviço**, e com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas;

Após a expedição da Ordem de Serviço, providenciar o agendamento prévio dos serviços com as Unidades Escolares;

A execução dos serviços de limpeza e desinfecção dos reservatórios e caixas de água deve ser acompanhada por servidor designado pelas Unidades de Ensino, para a fiscalização dos trabalhos;

Usar, obrigatoriamente, os equipamentos de proteção individual (EPI) e, quando necessário, equipamentos de proteção coletiva (EPC), em vista do risco que o serviço oferece;

Para a execução dos serviços, avaliar a melhor forma de acesso ao reservatório ou caixa d'água, visando minimizar os riscos de acidente e otimizar o andamento dos trabalhos;

Verificar antecipadamente em cada caixa e reservatório as condições de acessibilidade; o estado da caixa e da tampa, se a(s) bóia(s), registro(s) e tubulações apresentam defeitos; se houver eventuais defeitos nas estruturas e equipamentos, notificar as irregularidades a fiscalização.

Procedimentos de limpeza dos reservatórios e caixas d'água:

- Fechar o registro, impedindo a entrada de água no reservatório ou caixa;
- Utilizar a água da caixa ou reservatório até o limite do nível de saída, como forma de evitar o desperdício de água tratada;



- Obstruir as saídas de distribuição, a fim de não introduzir lodo, sujeiras ou resíduos na tubulação;
- Utilizar a água restante no fundo da caixa, depositada abaixo do nível da(s) saída(s) de distribuição, para a primeira limpeza;
- Esfregar as paredes e o fundo da caixa com escova macia ou esponja; nunca utilize sabão, detergente ou outros produtos não autorizados;
- Evitar comprometer a impermeabilização interna das bordas (paredes) e fundo da caixa ou reservatório;
- Retirar a água suja resultante da primeira limpeza, usando panos e baldes, ou sistema de sucção, deixando a caixa limpa;
- Enxaguar a caixa ou reservatório com esguicho de água limpa;
- Retirar a água suja resultante do enxágüe, usando panos e baldes, ou sistema de sucção, deixando a caixa limpa; não permitir a saída de resíduos pela tubulação de distribuição;
- Verificar o nível de limpeza da caixa ou reservatório, se necessário, repetir uma nova etapa de limpeza;
- Promover a limpeza da tampa da caixa ou reservatório, se houver;
- Aguardar por duas horas até iniciar o processo de desinfecção;
- Inspeccionar se existe possíveis fissuras ou trincas que possam provocar vazamentos e infiltrações e, em havendo, comunicar ao fiscal das Unidades de Ensino;
- Havendo mais de um reservatório, o serviço de limpeza deve ser executado separadamente, iniciando pelos reservatórios inferiores e, posteriormente, ser estendido aos reservatórios superiores, evitando a interrupção do abastecimento;
- Nos reservatórios superiores fechar o(s) registro(s) da(s) coluna(s) de distribuição de água, não permitindo a passagem de água entre diferentes reservatórios;
- No caso de reservatórios conjugados, com compartimentos internos independentes, efetuarem a limpeza isoladamente a partir do reservatório de entrada da água e, na seqüência, até o de saída.

- **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

- Serão realizadas visitas mensais, com emissão de Ordens de Serviços e planilha de Avaliação de Porta-iscas. A emissão de Relatórios Técnicos e Gráfico de Consumo serão trimestrais baseados no Programa Padrão de higiene Operacional- PPHO em anexo.

A contratada após a assinatura do contrato se comprometerá a colaborar com os procedimentos para implantação do controle de vetores e pragas.

A contratada não se responsabiliza pela eficiência e eficácia dos serviços caso a contratante não cumpra as determinações prevista no contrato.

Todos os produtos químicos a serem utilizados são autorizados pelo Ministério da Saúde e INEA.

Previamente o contratante será informado quais os produtos químicos e métodos que serão utilizados pela contratada através de uma ficha técnica, especificando a composição, quantidade, os sintomas, os equipamentos, a precaução, os locais de aplicação e o antídoto em caso de acidente de cada produto químico e a empresa utiliza na execução dos serviços.

Os porta-iscas e armadilhas para roedores e insetos são fabricadas especificamente para esta finalidade.



- Serão executados (01) um serviço de higienização em todos os reservatórios d' água (caixas d'água e cisternas) do contratante. Sabendo que cabe ao contratante manter o reservatório em condições adequadas de conservação para evitar a penetração de contaminantes externos.
- Todos os laudos serão liberados e entregues de acordo com o andamento dos serviços.
- Todos os serviços serão realizados num prazo Maximo de 10 dias a contar da data da assinatura do contrato.
- Cada serviço executado será emitido uma ordem de serviço assinada em conjunto pelo Responsável Técnico, Operador/Aplicador da contratada e por funcionário do contratante que comprova a execução dos servidores.
- A Empresa deverá possuir profissional com curso superior, detentores de Atestado de Responsabilidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente certificado pela entidade profissional competente.
- Não subcontratar ceder ou transferir total ou parcialmente os serviços objeto desta licitação.



PROPOSTA DE PREÇOS

RELAÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES:

UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL:

	CAIXA D'ÁGUA	CISTERNA	Dedetização	Limpeza
01- SEDE DA SECRETARIA DE ESPORTES E EDUCAÇÃO				
ENDEREÇO: Rua Alberto Leal Cardoso s/ nº - Centro – Paracambi	1x 1.000L			
02- E. M. DE PONTE COBERTA				
ENDEREÇO: Estrada Eduardo Pereira Dias Km 15 – Ponte Coberta - Paracambi	02x 1.000L	01x 5.000L		
03- E. M. DA FLORESTA				
ENDEREÇO: Estrada da Light, 2576 – Floresta – Paracambi	04x 2.000L	01x23.000L 03x 5.000L		
04- E. M. HORTÊNCIA PHIRRO DO VALLE				
ENDEREÇO: Rua Santa Terezinha 245 – Guarajuba - Paracambi	03x 1.000L	01x 5.000L		
05- CRECHE MUNICIPAL VILA SÃO JOSÉ				
ENDEREÇO: Estrada RJ 127 – Lages - Paracambi	01x 5.000L	01x 3.000L		
06- E. M. PROFª ODETE TEIXEIRA DA SILVA				
ENDEREÇO: Rua Plínio Alves de Moura, 150 – Lages - Paracambi	04x 2.000L	01x23.000L 03x 5.000L		
07- E. M. GOV. ROBERTO SILVEIRA				
ENDEREÇO: Rua Luiz José Amorim, 54 – Lages - Paracambi	04x 4.000L	01x 20.000L		
08- E. M. MARGARIDA ALVES				
ENDEREÇO: Estrada do Barreiro – Fazenda Experimental - Vitória da União - Lages	03x 1.000L	01x 9.000L		
09- E. M. PREF. NICOLA SALZANO				
ENDEREÇO: Rua Alberto Leal Cardoso s/ nº - Centro – Paracambi	02x 25.000L	02x 30.000L		
10- E. M. PREF. HÉLIO FERREIRA DA SILVA				
ENDEREÇO: Rua Aracajú, s/ nº - BNH - Paracambi	02x 5.000L 01x 1.000L	02x 5.000L		
11- E. M. DIAS DA COSTA				
ENDEREÇO: Rua Prefeito Moracy Franco, 300 – Jd. Nova Era - Paracambi	08x 1.000L	01x 5.000L		
12- E. M. CARLOS NABUCO				



ENDEREÇO: Rua Vicente Cicarino, 267 – Cascata - Paracambi	02x 1.000L			
13- E. M. ALLAN KARDEC				
ENDEREÇO: Avenida Presidente João Goulart, 33 – Sabugo - Paracambi	01x 1.000L 02x 500L			
14- E. M. SANTO ANTÔNIO – ENSINO PRÉ - ESCOLAR				
ENDEREÇO: Estrada da Floresta s/ nº - Sabugo - Paracambi	03x 1.000L	01x 5.000L		
15- E. M. TERRA DE EDUCAR				
ENDEREÇO: Estrada da Floresta s/ nº - Sabugo - Paracambi	09x 1.000L	01x 5.000L 01x 25.000L		
16- E. M. AZEREDO COUTINHO				
ENDEREÇO: Estrada do Saudoso, s/ nº - Saudoso - Paracambi	02x 1.000L			
17- E. M. DE MÁRIO BELLO				
ENDEREÇO: Pátio da Estação de Mário Bello - Paracambi	01x 1.000L	01x 6.000L		
18- E. M. SÃO JOSÉ				
ENDEREÇO: Estrada de São José, s/ nº - São José - Paracambi	02x 1.000L			
19- E. M. PROFª ALMIRACIR SEGAT				
ENDEREÇO: Rua Luiz José Amorim, s/ nº - Lages - Paracambi	02x 1.000L			
20- E. M. BOA ESPERANÇA				
ENDEREÇO: Rua Dep. Romeu Natal. S/ nº - Lages – Paracambi	03x 1.000L	01x 9.000L		
21- E.M. DARIELE CRISTINA TEIXEIRA DE OLIVEIRA				
ENDEREÇO: Rua Bom Pastor, S/nº, Guarajuba – Paracambi/RJ	05x 1.000L	01x 5.000L		

VALOR DOS SERVIÇOS:

Dedetização:

Higienização:



ANEXO II

DECLARAÇÃO PARA FINS DO DISPOSTO NO INCISO V DO ART 27 DA LEI 8.666/93

_____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr. _____, portador da carteira de identidade nº _____ e CPF _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854 de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e (assinalar com "X", conforme o caso):

- () não emprega menor de dezesseis anos.
() emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Local, em _____ de _____ 2015

Representante legal da empresa



ANEXO III

DECLARAÇÃO DE ME OU EPP

Paracambi, de de 2015

À
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Rua Juiz Emílio Carmo- 71- Paracambi- Centro

_____, com sede na _____, inscrita no CNPJ-MF sob o nº _____, vem, por intermédio de seu representante legal (o) Sr _____, portador da Carteira de Identidade n ° _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que é MICRO EMPRESA, que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME-EPP e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art.. 3º da Lei Complementar nº 123, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 e 45 da mencionada lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

Assinatura do representante legal



ANEXO IV

Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação.

DECLARAÇÃO

Nós, da empresa, _____, CNPJ _____, inscrição estadual nº _____, sediada à rua _____, afirmamos de que estamos cientes de todos os termos do edital PREG _____, PROC. _____, da Prefeitura Municipal de Paracambi, e ainda, que cumprimos a todas exigências contidas no mesmo.

_____, de _____ de _____.

Representante legal da empresa
Ident:
CPF:



ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO REFERENTE AO PROCESSO DE LICITAÇÃO: /2015

MODALIDADE: PREGÃO

Processo Administrativo: /2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Paraambi, com sede na Rua xxxxxxxxxxx, nº xxx, no Centro deste Município, inscrita no CGC/MF sob nº xxxxxxxxxxxxxxxx, representada pelo Prefeito Municipal o Sr. Tarciso Gonçalves Pessoa, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à Rua xxxxxxxxxxxxxxxx, nº xxxx, Centro, Paracambi/RJ, portador da Carteira de Identidade nº xxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF/MF sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxx.

Contratado:, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº, sediada à, Bairro, CEP, neste ato representado pelo Sócio Diretor Sr., portador da Carteira de Identidade nº e do CPF/MF nº

Nos termos da proposta da Empresa, estabelecemos Contrato de Prestação de Serviços para assim atender à Secretaria Municipal de do Município de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro, proposta vencedora do julgamento estabelecido pela Comissão de Licitação no Pregão nº./15, devidamente homologado pelo Prefeito Municipal em O Contrato será regido nos termos do Edital de Licitação e mediante as Cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira

Do Objeto

O Objeto do presente termo é a Contratação de firma especializada para:

1 - Contratação de Empresa Especializada para Execução dos Serviços de controle de vetores e pragas e higienização de reservatórios de água, conforme especificado no anexo da proposta de preços.

Cláusula Segunda

Das Obrigações da Contratada

São obrigações da CONTRATADA, além de outras que lhe decorem da Lei, do Contrato, da natureza e especificações dos serviços, da sua proposta e de outras disposições deste instrumento:

I - Conduzir e executar os serviços de acordo com as normas técnicas pertinentes e com rigorosa observância dos termos do presente contrato, das especificações respectivas e da proposta oferecida;



II - Prover a execução dos serviços com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, previamente aprovado pelo CONTRATANTE, submetendo à aprovação deste quaisquer alterações de equipe destacada para aquela execução;

III - Manter, na vigência deste Contrato e enquanto for exigível qualquer obrigação dele decorrente ou a ele relativa;

IV - Substituir qualquer membro da equipe de trabalho, sempre que solicitada a substituição pelo CONTRATANTE, em 24 (vinte e quatro) horas contadas do recebimento da solicitação;

V - Corrigir e rever, sem qualquer ônus para CONTRATANTE e sem alteração do prazo e demais condições do presente Contrato, as falhas ou defeitos verificados na execução ou conclusão dos serviços;

Todas as despesas com alimentação, combustível e transporte dos materiais utilizados estarão a cargo da Contratada.

VI - O local dos serviços deverá ser limpo;

VII - Correrão por conta da contratada todos os reparos que se fizerem necessários nos locais eventualmente afetados em decorrência da execução dos serviços;

VIII- A Empresa deverá contemplar na sua proposta todos os impostos e taxas pertinentes, não cabendo qualquer outro custo adicional para os serviços prestados;

IX- Os serviços deverão ser entregues livres de entulho ou sobra de materiais;

X- Fornecer, sempre que solicitado pela Administração, informações e/ou esclarecimentos, através de mapas e relatórios, relativos aos objetivos da presente licitação;

XI- Executar os serviços, verificações técnicas e reparos por meio de técnicos comprovadamente especializados, responsabilizando-se pela má atuação dos mesmos, bem como pela estada, alimentação ou quaisquer outras despesas dos mesmos;

XII- Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, seja por motivo de férias, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão qualquer relação de emprego com o FMS, sendo de exclusiva responsabilidade da Empresa prestadora de serviço as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas, fiscais e previdenciários;

XIII- A Contratada deverá realizar 01(uma) visita mensal nas Unidades Escolares contempladas, nos dias úteis no horário de 08:30 as 17:30 horas;

Cláusula Terceira **Dos Recursos Financeiros**

As despesas com a execução dos serviços correrão a conta da dotação funcional programática – da Secretaria Municipal de Educação, conforme a nota de empenho nº/2015.

Cláusula Quarta **Da Fiscalização**



A fiscalização da execução dos serviços competirá a Secretaria Municipal de, ao qual reconhece a CONTRATADA autoridade para dirimir quaisquer casos particulares de dúvidas ou omissões deste Contrato ou das especificações dos serviços, assim para impor penalidades previstas, como de sua competência, em Lei ou neste instrumento.

Parágrafo Primeiro: A CONTRATADA declara submeter-se às condições, métodos e processos de inspeção, verificação, controle e correção adotados pela fiscalização da CONTRATANTE, obrigando-se a lhe fornecer todos os dados, informações, esclarecimentos ou comunicações necessárias, ao exercício da fiscalização.

Parágrafo Segundo: A existência, presença e atuação da fiscalização não exclui ou reduz a responsabilidade legal e contratual da CONTRATADA, nem a dispensa de manter controle próprio da execução do Contrato.

Cláusula Quinta **Da Rescisão**

A rescisão contratual poderá ser:

I - Determina por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

II - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração e judicial nos termos da legislação - art. 79, incisos I e II da Lei Federal n.º 8.666/93;

III - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93;

IV - A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarreta as conseqüências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei federal n.º 8.666/93.

Cláusula Sexta **Das Obrigações da Contratante**

I - Efetuar, observadas as condições estipuladas neste contrato, o pagamento devido à CONTRATADA;

II - Fornecer à CONTRATADA os documentos e informações necessárias a execução dos serviços, dando-lhe acesso ao local dessa execução;

III - Fiscalizar a execução dos serviços e o cumprimento deste contrato.

Cláusula Sétima **Do Preço e Condições de Pagamento**

A nota fiscal/fatura deverá ser apresentada pela Contratada ao responsável pelo recebimento do bem ou serviço.

I- A data da apresentação da nota fiscal/fatura será devidamente registrada nos autos do processo pelo responsável pelo recebimento do bem ou serviço.

II- **O PAGAMENTO** será feito mensalmente após a realização dos serviços executados.



III- **OS SERVIÇOS** objeto da presente licitação serão entregues imediata e integralmente, devendo ocorrer até trinta dias da data prevista para apresentação da proposta;

IV- O pagamento será creditado em nome da Contratada, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas no Edital.

V- O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

VI- A Contratada, optante pelo Simples, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, declaração, conforme modelo constante do Anexo IV da Instrução Normativa SRF nº 480, de 15/12/2004, substituído pelo Anexo IV constante da IN RFB nº 791, de 10 de dezembro de 2007. Caso não o faça, ficará sujeita à retenção de imposto e contribuições, de acordo com a referida Instrução.

VII- A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida à contratada para retificação e reapresentação, iniciando a contagem dos prazos fixados para o ATESTO a partir do recebimento da Nota Fiscal/Fatura corrigida.

VIII- O pagamento fica condicionado à prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, a Previdência Social e junto ao FGTS.

IX- A compensação financeira é admitida nos casos de eventuais atrasos de pagamento pela Administração, desde que o contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso. É devida desde a data limite fixada no contrato para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela.

X- Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento poderão ser calculados com utilização da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = (TX/100)$$

365

TX = Percentual da taxa anual do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, do IBGE.

Cláusula Oitava **Dos Prazos**

Os serviços serão feitos imediatos, sendo que o prazo de validade dos mesmos serão para o período de 12 meses. A Contratada deverá realizar 01(uma) visita mensal nas Unidades Escolares contempladas, em dias úteis no horário de 08:30 as 17:30 horas;

Cláusula Nona **Da Responsabilidade e Penalidades**



I- O não cumprimento injustificado pela contratada de quaisquer das obrigações, dentro dos prazos estabelecidos neste Edital, sujeita-la-á às penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93 e art. 7º da Lei nº 10.520/02.

II- A Prefeitura utilizará nas aplicações de multa os seguintes parâmetros:

II.1. Nas inexecuções totais: multa indenizatória de 30 % (trinta por cento) sobre o valor global do contrato.

II.2. Nas inexecuções parciais: multa indenizatória de no mínimo 10% (dez por cento) e no máximo 30% (trinta por cento) sobre o valor equivalente à obrigação inadimplida ou sobre o valor da adjudicação, esse último nos seguintes casos específicos:

- a) Não entrega de documentação exigida no Edital.
- b) Apresentação de declaração ou documentação falsa.
- c) Não manutenção da proposta.
- d) Comportamento inidôneo.
- e) Realização de fraude fiscal.

II.3. Atrasos injustificados na execução do contrato: multa de mora diária de 0,3% (três décimos por cento), calculada à base de juros compostos, sobre o valor da obrigação inadimplida, limitada a 30% (trinta por cento) do valor da obrigação.

III. O prazo para pagamento de multa indenizatória será de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da intimação.

IV. Por força do presente contrato e da legislação de regência da matéria, a CONTRATADA se reconhece responsável pelo fiel cumprimento das obrigações aqui assumidas, respondendo pelos prejuízos que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços, diretamente ou por seus prepostos e empregados, bem como de qualquer agente que, por sua conta, intervir ou for utilizado naquela execução, sujeitando-se à cobrança regressiva de todo e qualquer ônus porventura imposto a CONTRATANTE, em razão de danos a terceiros.

Parágrafo único: Responde, ainda exclusivamente e diretamente, a CONTRATADA por todas as obrigações trabalhistas, sociais, fiscais secundárias e previdenciárias relacionadas ao presente contrato ou vinculadas à sua execução, bem como por todos os custos e encargos relativos ao material e à mão de obra, necessários à mesma execução, inclusive quanto ao uso de marcas, patentes, processos e licenças, porventura envolvidos nessa execução, obrigando-se a manter o CONTRATANTE a salvo de quaisquer exigências, reclamações ou demandas atinentes a tais obrigações, a cuja cobrança regressiva, igualmente, estará sujeita a CONTRATADA, caso impostas ao CONTRATANTE.

Cláusula Décima **Dos Direitos do Contratante**

São prerrogativas da CONTRATANTE as previstas no art. 58 da Lei n.º 8.666/93, que as exercerá nos termos das normas referidas neste Contrato.

Cláusula Décima Primira **Da Cessão ou da Transferência**

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação



Cláusula Décima Segunda
Da Publicação do Contrato

Após a assinatura deste contrato, a CONTRATANTE providenciará a publicação deste termo em extrato em jornal de circulação no Município.

Cláusula Décima Terceira
Do Foro

Fica eleito o Foro da Comarca de Paracambi, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes do presente contrato, renunciando as partes contratantes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais especial ou privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas.

Paracambi/RJ de de

Tarciso Gonçalves Pessoa
Prefeito Municipal de Paracambi
Contratante

Contratado

Testemunhas:



ANEXO VI

Modelo de Declaração de Fatos Supervenientes

DECLARAÇÃO

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ nº _____, sediada (endereço completo) _____, declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(a) _____
nome e número da identidade do declarante



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação



ANEXO VII

À
CPL – MUNICÍPIO de PARACAMBI

(MODELO DE CREDENCIAMENTO)

Ref.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº

Prezados Senhores,

Credenciamos o/a Sr (a), nacionalidade, cédula de identidade nº, emitido pelo, para, em nome da(nome da empresa)....., participar do Pregão Presencial, podendo, para tanto, juntar e apresentar documentos, apresentar propostas, assinar atos e termos, requerer e deliberar, apresentar recursos, renunciar a direitos, inclusive recursos, e tudo o mais que se fizer necessário, de acordo com o Edital.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa
devidamente identificada